MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 13 — 25 MARÇO 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR: "O SECULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

EDITORIAL

AVANÇAR SEMPRE

O modo como as massas populares reagiram em 11 de Março, à notícia de que um golpe reaccionário estava em curso, é lição que havemos todos de tirar daquelas horas de alto significado para o futuro da revolução e do país. Vindo para a rua pronto a defender a democracia custasse o que custasse, de mãos nuas, mas de coração habitado de intenso fervor revolucionário, o povo demonstrou, uma vez mais mais, quanto a revolução é também conquista sua e quanto a solidificação da aliança M. F. A. — Povo é tarefa que urge desenvolver no dia a dia.

Defendendo quartéis, cidades, órgãos de informação apenas com a fé num Portugal novo, com a certeza de que o caminho hoje encetado não pode ter retorno — o povo veio colocar de novo aos ombros de todos nós, oficiais, sargentos e soldados do M. F. A., a pesada e honrosa responsabilidade de desenvolver e defender a revolução.

Revolução que significa a liberdade e a democracia, mas que só tem sentido no desenvolvimento do conjunto de medidas que alterem substancialmente a ordem económica, social e cultural herdada, que retirem o poder e os centros de decisão que os inimigos da democracia ainda detêm — alargando não só a área da propriedade social, mas também a da participação popular a todos os níveis e transformando-a progressivamente em organização, administração, gestão e direcção dos trabalhadores. Ou seja: avançar sempre no caminho da restituição deste país ao seu povo.

O 11 de Março demonstrou que as classes privilegiadas e os seus aliados dentro das F. A. estão empenhados, antes de mais, na defesa dos seus interesses. A reacção só admite reformas menores, ou de outro modo recorre à violência contra-revolucionária, com ou sem apoio externo. O M. F. A., entendido como força progressista, como vanguarda armada da grande massa de explorados e humilhados deste país, tem de tirar — e tirará — as consequências lógicas de mais esta ofensiva das forças conservadoras. Avançar é desenvolver e solidificar o poder das massas populares, é firmar cada vez mais a unidade M. F. A. — Povo e M. F. A. — partidos progressistas.

Que cada um de nós observe a realidade profunda do que se passa à nossa volta. Milhares e milhares de portugueses habitam tugúrios de miséria; milhares e milhares ostentam no rosto os traços da fome e da exploração; milhares e milhares, por esse país fora, vivem em aldeias onde os mínimos requisitos da civilização ainda não chegaram, onde não há médico, nem escolas, nem estradas, nem luz, nem água potável. Por este povo se fez o 25 de Abril; contra os exploradores deste povo se fez o 25 de Abril. Para assegurar as conquistas do povo foi necessária a firmeza revolucionária do 28 de Setembro e do 11 de Março.

O lugar de cada um de nós, agora mais do que nunca, é a barricada onde se encontram os pobres, os humildes, os explorados deste país. Os soldados do M. F. A. têm de ser mais do que nunca, a guarda avançada da luta por um Portugal liberto da exploração, da ignorância, da opressão e da miséria. Que cada um de nós seja (como dizia um camarada do RAL 1) o infatigável lutador "por tudo aquilo que o povo merece e nunca teve".

UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

Após o 28 de Setembro, como seria de esperar as forças contra-revolucionárias às quais o capital serve de pano de fundo, verificaram que a revolução caminhava decididamente para a recuperação de um sistema de liberdades, incontestável para quem desejava existirem condições para um desbloqueamento proporcionador de ainda maiores lucros.

A derrocada política do fascismo ameaçava estrangular as ambições dos grandes blocos económicos, devido às sucessivas limitações do campo para as suas manipulações expansionistas.

O 25 de Abril inicialmente bem aceite por estas forças, com a inesperada dinâmica que lhe foi imprimida em breve se ia tornando um perigo de morte para os habituais utilizadores dos recursos económicos, políticos e ideológicos. Iremos então entrar num campo de luta aberta e o capital ainda detentor de grandes recursos económicos e ideológicos vai organizar-se e preparar a sua defesa.

Os meios utilizados foram-se evidenciando especialmente no mês que antecedeu o 11 de Março, surgindo à luz os seus indicadores característicos e que se vêm repetindo ao longo da história como a agitação social, a ameaça de guerra civil, a criação de situações artificiais de instabilidade económica, a agudização das crises no ensino, as campanhas alarmistas de certa imprensa nacional muitas vezes porta-voz de partidos ditos progressistas, os ataques desencadeados pela imprensa estrangeira a que os reaccionários são muito sensíveis, levados pela antiga convicção de que o que os outros dizem é que está certo (a confusão que esta Imprensa consegue levar aos emigrantes portugueses tem os seus reflexos internamente através da troca de correspondência com as suas famílias) e finalmente o boato sob as capas mais variadas.

Pretende-se pois criar o ambiente propício de fazer perder o crédito nas instituições e mecanismos políticos, assegurando que o Governo seria incapaz de manter a paz e a ordem, tornando inevitável o aparecimento dos salvadores da democracia.

"É necessário unirmo-nos para não entregar o país a esta gentinha" era a palavra de ordem para todos a quem o avanço do processo revolucionário, garantia a dinamização do comportável privilégio.

O que se confirmou com o 11 de Março é que a "gentinha" tanto existia para os militares spinolistas, como para os civis saudosistas. Para os primeiros os militares progressistas, mais jovens e com uma visão política que lhes escapa são uma "gentinha", intragável porque consciente da sua razão revolucionária. Para os segundos o povo português, tão longamente explorado é uma "gentinha" insuportável porque reinvindica melhores condições de vida, pela força que a sua união representa, pela ameaça que as suas vanguardas organizadas constituem como garantes do controle dos donos desse povo.

Ressalta imediatamente de toda esta escalada contra-revolucionária, a tendência histórica que as classes que abdicam de uma luta revolucionária ou para quem tudo o que seja socialismo faz entrar em pânico têm para se entregarem nos braços dos homens providenciais, não olhando a meios para porem a bom recato a sua segurança individual, já que a miséria dos outros lhes não diz respeito.

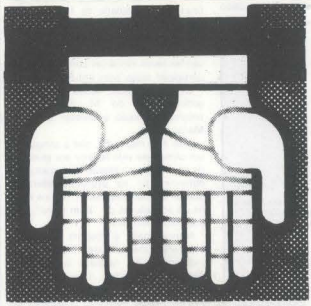
Para os militares a perseguição do carisma ficou claramente demonstrada, sendo evidente que os inconvenientes de militarismos cegos, prussianos, ainda arrastaram muita gente. É portanto indispensável que na via revolucionária que seguimos a democratização e esclarecimento das Forças Armadas se acelere pois só assim a disciplina será compreendida, a hierarquia prestigiada e as missões bem definidas evitando-se deste modo erros que se podem tornar irreparáveis. A permanente informação e empenho consciente é factor indispensável para a coesão nas forças armadas.

Emergiram igualmente de todo este processo: deficiente avaliação por algumas forças políticas, do sistema económico mais conveniente para restituir ao país as liberdades a que tem direito; esquecer que o triunfo não surge pela vontade de as obter mas pela capacidade que temos de as conquistar revolucionariamente. A tendência para a comparação com sistemas políticas existentes noutros países, omite a situação dramática em que o 25 de Abril apanhou o país, para cuja reconstrução não podemos importar modelos de outras sociedades quiçá mais evoluídas.

Se entrarmos agora por uma espécie de balanço aos acontecimentos ocorridos não poderemos deixar de considerar como factores positivos, a capacidade de resposta rápida e eficiente das forças populares ao lado das forças armadas na luta contra-revolucionária, mostrando a determinação do Povo Português em continuar no caminho indicado no Programa do M. F. A.; a unidade dos partidos numa única frente anti-fascista, permitindo antever como seria possível e desejável que essas forças se empenhassem numa vontade de reconciliação nacional, deixando para trás as contradições ultimamente verificadas ao fazerem políticas diferentes no governo e na rua, transformando-se em militantes de acção e não de emblema na lapela; a clarificação do painel partidário, permitindo distribuir os que estão com o M. F. A. num caminho para o socialismo, dos que não estão.

Se quisermos tirar conclusões e orientações futuras parece agora mais do que nunca essencial *responsabilizar o povo pelo futuro da revolução*. É necessário tomar consciência das nossas limitações reais, e num espírito de militância nacional superá-las, levando a democracia às últimas consequências. A reconstrução de um país não pode ser feita sem uma forte *consciência de unidade*, cabendo aqui

(Continua na pág. 7)



POVO, MFA

NESTE NÚMERO

- Porque aconteceu o 11 de Março?
- Revolução e contra-revolução
- Para uma integração dos sargentos no processo revolucionário
- Reportagem no R. A. L. 1:
  - Defendemos a unidade que defende o povo
  - A disciplina é necessária
- Cronologia dos factos
- Geopolítica e independência nacional

PORQUE ACONTECEU O 11 DE MARÇO?

Porque aconteceu o 11 de Março?

Esta é a pergunta que fazemos a nós próprios, despertos já da surpresa do golpe traiçoeiro que a ambição de poucos e a ignorância de muitos fez cair sobre as esperanças dum futuro melhor que animava a maioria dos portugueses.

No entanto a resposta é fácil. Só os cegos a não conseguem ver ou os desonestos. E para nós militares das F. A. o saldo desta aventura criminosa é demasiado importante para que não meditemos com atenção sobre as causas que proporcionaram a cilada em que alguns dos nossos camaradas tão ingenuamente se deixaram cair.

E as causas são encontradas facilmente, na indefinição política da maior parte dos nossos camaradas, na deficiente e muitas vezes distorcida informação que era prestada, tornando-os assim presas fáceis de palavras de ordem demagógicas, em torno de ideais mal esclarecidos de liberdade e democracia.

A pouca militância revolucionária, o deixa andar que alguém resolverá, a existência dum espírito de disciplina coercivo e não aceite e participante, ajudaram os oportunistas a atraiçoarem os camaradas que dormiam descansados, pensando viver já numa sociedade democrática e livre.

Apesar das muitas vozes alertando para a insuficiência das nossas bases democráticas e para as manobras dos lacaios do capital internacional, tudo continuava na mesma e piorava.

Uma revolução não é tarefa simples. Os valores em causa são demasiadamente importantes, para deixarmos em mãos incapazes a resolução dos problemas que a dinâmica do processo inevitavelmente acarreta consigo.

Nestes momentos históricos que a Nação atravessa, raros por dificilmente possíveis novamente, às Forças Armadas estão cometidas pesadas responsabilidades. No entanto essas responsabilidades nunca foram claramente enunciadas, e muito menos claramente assumidas. E nas Forças Armadas, sofrendo-se de um incompreensível complexo de superioridade, por um elitismo injustificável e por um recrutamento paternalista, criaram-se imperceptivelmente talvez, as condições ideiais para se manipularem as massas dos nossos soldados, camuflando-se os problemas e escondendo-se as razões.

Impávidos se mostravam os chefes à escalada sucessiva que os conservadores faziam aos centros de decisão. Arregimentados por um legalismo cretino, os "democráticos representantes das bases", calmamente preparavam o 11 de Março, sapando assembleias de delegados, adiando soluções, evitando responsabilidades, negando o espírito do Programa do M. F. A. E as bases apoiando insconscientemente esses manipuladores, atacavam os lutadores do 25 de Abril sem para ele terem contribuído com quer que seja e não contentes com isso, caluniavam quem pretendia lutar por uma revolução que apesar de não compreenderem não faziam o menor esforço para apreender.

A culpa de tudo o que aconteceu, não é só de alguns. A culpa é de todos.

Em primeiro lugar dos verdadeiros percursores do 25 de Abril. Pactuando com os reaccionários, permitindo-lhes o acesso a lugares que nunca deveriam ter, sendo brandos no saneamento, não se organizando revolucionariamente. Como desculpa de mau perdedor a esperança que tiveram na conversão dos estúpidos em inteligentes, dos amorfos em activos, dos comprometidos em descomprometidos.

Em segundo lugar, de todos os que não tendo intervido directamente no 25 de Abril, por qualquer motivo, com ele se identificam idealisticamente, mas não fazem seja o que for para consolidar as conquistas tão dificilmente alcançadas. Aliás o que mais se vê é a demissão absoluta das responsabilidades políticas inerentes neste momento a qualquer militar.

A nossa revolução como já se disse, não é uma tarefa simples. Os seus principais responsáveis têm que ser realmente responsáveis pela revolução. No entanto continuam a nem sequer a perceber, nem a tentarem percebê-la.

A primeira obrigação de um militar em Portugal neste momento, é conhecer a ideologia da sua revolução, já, porque não me consta que qualquer tenha pedido a demissão e todos se afirmam defensores do M. F. A.

Ora a ideologia do M. F. A., claramente enunciada no seu programa, tem que ser compreedida até às suas últimas consequências e de acordo com o País real que temos.

A análise que fazemos do programa do M. F. A., tem de ser aferida pelas reais possibilidades económicas, sociais e políticas do nosso País e a resultante emboca infalivelmente num sistema de socialismo. Esta análise tem como é óbvio premissas fundamentais que não se podem deixar esquecer e que são a dependência ultrajante do estrangeiro que nos foi legada pelo fascismo e a cobiça desvairada que sobre nós paira dos grandes interesses internacionais, useiros e vezeiros em interferirem em todos os povos que querem a sua independência. A História próxima nos ensina.

Temos rapidamente que nos definirmos politicamente e para isso contribuiu involuntaria mas decisivamente o 11 de Março.

Com as medidas revolucionárias da nacionalização da banca e das companhias seguradoras, avançou-se decididamente no caminho preconizado pelo programa do M. F. A. (l.e, l.j, 6.a, 6.b) e criaram-se finalmente algumas das principais condições para por ao serviço do povo aquilo que ao povo pertence.

A defesa das classes trabalhadoras, uma política económica ao serviço do povo português, principalmente das classes mais desfavorecidas, não acontece só porque nós achamos muito bem. Ela só acontece, através de medidas concretas, que ponham os meios de produção ao serviço da colectividade *e não ao serviço de interesses inconfessáveis de uma minoria exploradora.* E quando essas medidas são necessárias, urgente se torna que as massas militares não se ponham a discutir, manipuladas pelos falsos democratas legalistas que nunca tiveram interesse pelos trabalhadores(?), mas que aparecem agora extraordinariamente documentados nos momentos de crise, lançando a confusão nas hostes dos que nunca se preocupam com a política, mas que facilmente são arrastados por belas frases demagógicas de amor à liberdade, como se fossem os únicos a querê-la.

Não se pretende que os militares não discutam política, nem se pretende negar, seja a quem for, o seu direito de intervir nas decisões colectivas que a todos dizem respeito.

Muito pelo contrário.

O que se pretende sim, é que se comece já a estudar e a documentar as nossas opiniões. O socialismo que todos vamos ajudar a construir tem que se basear em dados científicos, tem que ter em consideração as características do nosso povo e as condições em que o mesmo vive.

Mas o futuro da nossa gente e principalmente dos nossos filhos, obriga-nos a fazer um esforço muito grande em tentar perceber o momento histórico e a acompanhar os acontecimentos a par e passo.

Isto de sermos do M. F. A. por que levantamos o braço, tem de acabar de uma vez para sempre. Só pertence ao M. F. A., quem trabalha revolucionariamente, quem põe acima dos seus interesses, os interesses do povo a que pertence e os de todos os povos explorados, quem nas horas de crise sabe concretamente de que lado é que está e com quem está.

Ser do M. F. A., é actuar decidida e resolutamente, na defesa dos explorados com actos e atitudes consequentes e não com palavras de belo efeito, mas de nenhuma eficácea.

Ser do M. F. A. é ter a preocupação de estar o melhor informado possível, é discutir os problemas nacionais em profundidade, é desmascarar os inaptos, os abúlicos, os boateiros e os incompetentes. E como somos militares, ter a lealdade de fazer críticas frontalmente e dar ouvidos às críticas dos outros.

Ser do M. F. A., é acompanhar as tarefas revolucionárias com interesse e participar nelas com entusiasmo.

Se tivessemos todos sido verdadeiramente do M. F. A., não teríamos deixado acontecer o 11 de Março.

Mas este negro dia, que o sangue de um camarada veio redimir em alvorada de esperança e certeza, será marco de determinação na profunda alteração que as nossas vidas terão. Nunca mais os vis aduladores do "bom povo", nos poderão confundir.

Nunca mais, a mentira adocicada triunfará sobre a nossa indefinição e indeterminação, porque a lição foi demasiado custosa, para que mais alguma vez se possa esquecer.

E as Forças Armadas mostrarão ao País que estão com o seu povo, porque o provarão em atitudes firmes de determinação política, porque nunca mais se deixarão enganar por falsos profetas venham eles de donde vierem.

P

OCC

12595 DEFNAC PO
12387 FISCAL P

Z 111155Z MAR
FM EMGFA
TO RPPH/MAIORMAR
RPFES/MAIORTERRA
RPFS/MAIORFAP
ZEN/COPCON
ZEN/PSP
ZNE/GF
ZNE/GNR
BT
EM CLARO X UNIDADES CHAMADAS PASSAM MENSAGEM A TODAS UNIDADES
SOB SEU COMANDO X
O COPCON E A COMISSAO COORDENADORA DO MFA E A 5/A DIVISAO DO EMGFA
ALERTAM TODAS AS UNIDADES PARA SE COLOCAREM EM ESTADO DE MOBILI-
ZACAO PARA DESTRUIR FORCAS REBELDES CONTRA-REVOLUCIONARIAS QUE
NESTE MOMENTO ATACAM UNIDADES MFA
BT

NNNN
12595 DEFNAC PO
12387 FISCAL P

***Fac-símile* da mensagem enviada pela 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., às 12,55 horas do Dia 11, a todas as unidades do Exército, Força Aérea, Armada, G. N. R., P. S. P. e G. F.**

CRONOLOGIA DOS FACTOS

DIA 11

Madrugada — Spínola e outros militares fascistas chegam à B. A. n.º 3 onde passam o resto da noite. Os contra-revolucionários são recebidos pelo coronel Moura dos Santos, comandante da base.

8,30 — Praças, sargentos e oficiais da B. A. n.º 3 notam que a instrução normal, que deveria ter lugar ao princípio da manhã, fora cancelada.

No Regimento de Caçadores Pára-quedistas, o coronel Rafael Durão chama os oficiais da unidade para lhes explicar os objectivos da operação, alegando ter recebido ordens do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

10,30 — Na P. S. P. de Lisboa, o major Casanova Ferreira, comandante distrital daquela organização, dá conhecimento do golpe contra-revolucionário a certos oficiais.

11,50 — Dois helicanhões e dois aviões T6 encetam o bombardeamento ao R. A. L. n.º 1. Rockets eram lançados sobre as casernas dos soldados, enquanto eram metralhados os principais edifícios do aquartelamento. Balanço do ataque: 1 morto e 18 feridos, alguns deles com gravidade.

12,00 — Tropas pára-quedistas, sob o comando do major Mensurado, transportadas de Tancos em três "Nord-Atlas" e oito helicópteros iniciam o cerco ao R. A. L. n.º 1.

Oficiais no activo da G. N. R. e outros já afastados do serviço, comandados pelo general Freire Damião (implicado, ao lado de Spínola, no 28 de Setembro) prendem o comandante-geral, general Pinto Ferreira, o comandante e outros oficiais fiéis ao M. F. A. e às autoridades democráticas.

12,05 — Os sitiados do R. A. L. n.º 1 passam a uma atitude ofensiva. Tropas comandadas pelo capitão Dinis de Almeida ocupam prédios em frente e tomam posições de combate.

O COPCON inicia a movimentação militar tendente a neutralizar o golpe contra-revolucionário. Tropas do COPCON ocupam o aeroporto de Lisboa.

12,15 — Interrompem-se as reuniões do Conselho de Ministros e da Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A.

12,30 — Populares e militares de partidos progressistas rodeiam as tropas sitiantes do R. A. L. n.º 1 e iniciam diálogo com os "paras" dando-lhes conta do erro em que laboravam e incitando-os a se reunirem ao povo na defesa da revolução.

12,45 — Verificada a ausência de notícias transmitidas à população pelos órgãos de comunicação social, a 5.ª Divisão (Departamento de Radiodifusão) instala os seus serviços nos estúdios da E. N. de onde passa a emitir pouco depois das 13,00 horas.

12,55 — A 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. emite mensagens a todas as unidades do Exército, Armada, Força Aérea, G. N. R., P. S. P. e G. F., de texto: *"O COPCON, a Comissão Coordenadora do M. F. A. e a 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. alertam todas as unidades para se colocarem em estado de mobilização para destruir forças rebeldes contra-revolucionárias que neste momento atacam unidades do M. F. A.".* Este rádio foi seguido de outro semelhante para todos os outros comandos militares portugueses, nas Ilhas Adjacentes e em África.

destruir forças rebeldes contra-revolucionárias que neste momento atacam unidades do M. F. A.". Este rádio foi seguido de outro semelhante para todos os outros comandos militares portugueses, nas Ilhas Adjacentes e em África.

Mobilização popular, fazem-se as primeiras barricadas nas estradas de Vila Franca de Xira e depois em Setúbal. Os bancos não reabrem à tarde e há piquetes de trabalhadores. Sindicatos organizam em Lisboa e no Porto piquetes nos locais de trabalho e em pontos estratégicos (E. N.), que precisam de protecção. A população em diversos pontos do País, acorre aos quartéis a receber ordens.

13,00 — Forças reaccionárias assaltam o emissor de Porto Alto, do Rádio Clube Português. A transmissão em onda média é interrompida.

13,10 — Teor da primeira informação difundida através da E. N. pela 5.ª Divisão do E. M. G. F. A.

"Enquanto não se esclarece definitivamente a situação operacional pedimos ao Povo Português e em especial à população de Lisboa que se mantenha calma e vigilante em união com o M. F. A. e seus órgãos representativos.

Contamos fornecer o mais rapidamente possível elementos concretos e esclarecedores."

(Continua na pág. 3)

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

Quando a reacção orquestrou o 28 de Setembro, fê-lo em nome da "fidelidade ao Programa do M. F. A." e "firmeza no seu cumprimento".

Quando os partidos fascistas com a capa de democratas tentaram organizar essa farsa, fizeram-no com o objectivo radicalmente oposto ao que anunciavam. Não era o cumprimento do Programa do M. F. A. que pretendiam; o que procuravam era o regresso ao passado, a instauração de uma ditadura pessoal, autoritária com fachada "democrática". Nessa altura, as massas populares, os partidos progressistas, o M. F. A., souberam dar a devida resposta desarticulando a rede conspirativa, aniquilando momentaneamente os reaccionários.

No entanto, esta vitória seria de pouca dura porque as forças do capital e da contra-revolução cedo recomeçaram o seu trabalho de sapa. Novos partidos surgiram com uma roupagem progressista, apregoando democracia e liberdade.

Como por várias vezes referimos, e em especial no n.º 12, saído para a rua no dia 11 de Março *"Nos últimos tempos, as actividades contra-revolucionárias são manifestas e aumentaram de intensidade"*; a reacção lançara quase todo o seu arsenal na campanha contra o M. F. A. e o Governo Provisório, preparando assim o terreno para uma acção destinada a "repor a ordem neste país".

O clima de agitação que, um mês antes, se instalara em Portugal, era mantido por conhecidos elementos ligados ao antigo regime, o que não podia passar despercebido.

O objectivo seria o aparecimento triunfal do "obreiro da ordem e da paz social", que reporia tudo no devido lugar.

Também o 11 de Março foi tentado sob a hipócrita capa do cumprimento do Programa; também o bombardeamento criminoso ao R. A. L. n.º 1 foi feito invocando a "pureza dos ideais do 25 de Abril". O crime, a subversão antidemocrática, o lançar camaradas de armas uns contra os outros, é assim justificada com palavras que são queridas ao nosso povo.

Não nos devemos admirar desses factos; se utilizando falsos argumentos é que os contra-revolucionários conseguiram levar ao engano o punhado de militares que ensacaram na aventura.

Ao nível militar, vinha-se assistindo nos últimos tempos, no seio da própria estrutura, a factos que não eram alheios à preparação política do golpe. Viam-se assim afirmações de oficiais reaccionários lançando provocações e boatos sobre destacados elementos do M. F. A., com todo o desplante.

Assistia-se ao assalto dos lugares-chaves por elementos reaccionários utilizando o ultra-democratismo e o basismo por eles manejado; chegaram em alguns casos, como na Força Aérea, a delinear-se tentativas de afastamento de oficiais progressistas.

Toda esta situação indicava que algo se ia passar. E foi o que aconteceu.

Neste momento, novas perspectivas se deparam ao nosso povo, à nossa Pátria. O esmagamento da intentona fascista permitiu aos vários sectores, tirar as respectivas conclusões.

Para esses que invocavam hipocritamente o M. F. A. e o seu Programa para apunhalar pelas costas os seus camaradas de armas e o Povo Português, devem as Forças Armadas e esse mesmo Povo exigir firmeza; cumprimento do Programa do M. F. A.; fidelidade aos princípios do 25 de Abril. Mas isto passa pela "Justiça", pelo justo castigo dos responsáveis.

O PROBLEMA DOS QUADROS

Para uma total integração da classe de sargentos no processo revolucionário

(Este artigo, escrito antes de 11 de Março, reveste-se neste momento da maior importância, pois que, ao analisarmos os acontecimentos é saliente o papel fundamental da classe de sargentos na neutralização do golpe contra-revolucionário, nomeadamente em Tancos).

Que o sargento é um quadro, parece não haver dúvidas. Mas estará, de facto, como tal a ser aproveitado na organização militar, ou há ainda quem, mesmo após o 25 de Abril, o ignore ou prefira utilizá-lo apenas pela rentabilidade burocrática? Será ele visto e considerado no seu valor humano e na sua capacidade profissional, ou somente se tem em conta como complemento ou auxiliar dos oficiais?

Tempos houve em que — tal como os capitães — os sargentos foram pilares das unidades e elementos indispensáveis à continuidade e eficiência do seu funcionamento. Eram eles os zeladores no âmbito da administração, da disciplina, da observância dos regulamentos e da orgânica, além de colaboradores directos e devotados da instrução, quer básica, quer especial.

Os sargentos eram uma classe respeitada quer dentro quer fora dos quartéis. Constituíam o elo de ligação entre as populações locais e a guarnição militar, entre os soldados e os oficiais, entre os recém-chegados e os antigos.

Por origem da classe, pelo íntimo conhecimento que possuíam dos problemas da pobreza e das dificuldades do povo, por convicção cimentada ao longo de uma vida de sacrifício e devoção, os sargentos foram sempre firmes simpatizantes do ideal republicano e democrático. Raros foram os que se venderam ao fascismo durante os cinquenta anos do seu reinado muitos os que resistiram e por isso foram perseguidos e afastados.

A instauração do regime fascista, representa a progressiva marginalização da classe dos sargentos que, pouco a pouco, viu reduzida a sua importância dentro da organização militar. Duas ordens de razões determinaram essa marginalização: desconfiança política, para honra da classe, justificada, natureza elitista do fascismo que sempre pretendeu privilegiar a classe de oficiais quer de carreira, quer mesmo milicianos criando antagonismos e mau-estar entre os dois corpos profissionais e assim impedindo a existência de laços de solidariedade e de completa identificação de propósitos.

Felizmente que circunstâncias não controláveis pelo fascismo vieram travar, em certa medida, a degenerescência a que parecia condenada a classe de sargentos. Entre eles avultam: as necessidades decorrentes da própria evolução das F. A. com o seu crescente tecnicismo particularmente patente na Força Aérea e na Marinha; a carência crescente de candidatos ao oficialato; e, acima de tudo, a guerra colonial.

Mas só agora após a grande viragem da nossa história operada a partir de Abril de 1974 se torna possível repor a classe de sargentos no seu devido lugar. Ao serviço das Forças Armadas sem dúvida, pois que simultaneamente isso tem que ser sinónimo de estar ao serviço da democracia, dos ideais progressistas, de revolução. Ao serviço, em suma, do Povo Português.

A primeira condição a atingir será a da integração dos sargentos nos órgãos democráticos da nova estrutura militar, não só de acordo com o grau de compreensão que revelem quanto ao processo democrático em curso.

Depois, há que lhes criar condições de qualificação em sentido amplo, ou seja abrir possibilidades de se valorizarem tanto dentro como fora das unidades, navios, bases e estabelecimentos, com vista à sua reclassificação e à renovação das respectivas escalas.

Finalmente, mas não em última prioridade, há que atender à promoção socio-económica da classe para que deixe de ser — na fidelidade e sentimento do dever que a caracteriza — vítima de um menosprezo que não merece.

Naturalmente, ficará aberto o acesso ao oficialato para os mais válidos e qualificados. Mas o ideal será que todos se possam sentir realizados na própria carreira de sargentos, nas armas, nos serviços e nas diferentes especialidades por que tinham optado. Que seja uma carreira como qualquer outra em que cada um tenha consciência plena da sua utilidade como quadro, se sinta realizado profissionalmente; e não veja, como aconteceu durante tanto tempo, a sua personalidade afectada pelas limitações postas à sua cultura, pelo desinteresse manifestado pela sua colaboração e pela modéstia imposta ao seu padrão de vida.

Dentro dos actuais conceitos que orientam as Forças Armadas — que aliás retomam a tradição liberal/republicana — o sargento deve ser encarado como o potencial substituto do oficial e não meramente como seu auxiliar sem responsabilidade autónoma.

Nesta ordem de ideias, não faz sentido que alguns comandos, que na realidade se debatem com escassez de oficiais (em particular, subalternos), mas dispondo em contrapartida de numerosos sargentos (muitos deles com grande experiência, incluindo experiência em combate), continuem invocando a falta de quadros como argumento justificativo do pouco rendimento de determinadas missões.

Importa aqui salientar que nesta fase da vida do País, uma das missões atribuídas às Forças Armadas que deve ser considerada de primordial importância até porque foi objecto de directiva do Gen. Chefe do E. M. G. F. A., *é a missão de acção cívica:* dentro da qual estão incluídas as campanhas de dinamização cultural e esclarecimento político.

Ora a participação intensa e extensa da classe de sargentos nessas campanhas, constitue — a nosso ver e conforme nos assegura a experiência até agora adquirida-o meio imediato para se alcançar a sua plena integração no processo democrático em curso nas

(Continua na pág. 7)

CRONOLOGIA DOS FACTOS

13,30 — As primeiras notícias concretas e oficiais sobre os acontecimentos são transmitidas à população, pela 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. Aos microfones da E. N. o M. F. A. informa:

"Vamos dar uma notícia concreta: dois aviões e dois helicópteros atacaram o Regimento de Artilharia Ligeira 1, unidade afecta e fundamental do Movimento das Forças Armadas. Este ataque foi feito cerca das 12 horas. Portanto, são elementos pára-quedistas e outros elementos das Forças Armadas que se sublevaram contra a ordem democrática instaurada desde 25 de Abril. Mais uma vez, o M. F. A. e o povo devem e têm que estar unidos, alerta e vigilantes contra estas manobras que não podem vingar de maneira nenhuma. Acreditamos e estamos confiantes e pedimos a vigilância popular em união com os órgãos representativos do Movimento das Forças Armadas, nomeadamente a sua Comissão Coordenadora, 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas e comandante-adjunto do COPCON, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho."

— Por esta mesma hora, Spínola e outros oficiais fascistas transferem-se de helicóptero, da B. A. 3 para o R. C. P. Anteriormente, oficiais, sargentos e praças da B. A. 3 haviam-se manifestado contra a presença dos revoltosos naquela base.

13,50 — A Rádio Renascença volta a estar no ar, em onda média, acompanhando a programação do Rádio Clube Português e interrompendo a greve iniciada há 22 dias a fim de colaborar com a estação atacada.

14,40 — Primeiro comunicado emanado do gabinete do primeiro-ministro:

"Esclarece-se a população terem-se verificado hoje, de manhã, incidentes envolvendo forças militares reaccionárias em tentativa desesperada de travar o processo revolucionário, iniciado a 25 de Abril. Tais incidentes consistiram numa tentativa de ocupação do Regimento de Artilharia Ligeira 1, envolvendo meios aéreos e terrestres. A situação encontra-se sob controlo, pelo que se apela para que a população se mantenha calma, sem abrandar contudo a sua vigilância. A aliança entre o povo e as Forças Armadas demonstrará, agora como sempre, que a revolução é irreversível."

15,00 — Spínola reconhece o malogro do criminoso golpe que planeara.

— Entretanto, em Tancos, há hesitações dos sargentos e praças que desconfiam das ordens recebidas.

O gen. Tavares Monteiro é mais tarde preso na B. A. 3, em Tancos por soldados, sargentos e oficiais milicianos da unidade.

15,15 — O brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho dá conta ao país da normalização da situação. Palavras do comandante-adjunto do COPCON:

"Neste momento, o que se pode dizer é que cerca das 12 horas o R. A. L. 1 foi sobrevoado por dois aviões "T-6" e quatro helicópteros que inopinadamente bombardearam as instalações do quartel. Houve alguns feridos. Esta operação foi seguida dum desembarque de pára-quedistas. As forças de pára-quedistas mal tinham a noção do que estavam a fazer; podem ter sido ludibriadas pelos responsáveis que lhes teriam dito que o R. A. L. 1 estava ocupado por tropas inimigas do 25 de Abril e que estaria dominado pelos comunistas, como sempre dizem nestas circunstâncias. Prova é que os pára-quedistas entraram hoje em ligação fácil com os populares que tinham ali acorrido.

Todas as forças do Exército se portaram muito bem. Tenho ainda neste momento forças de reserva que não necessitei utilizar.

A situação está dominada excepto no quartel do Comando da G. N. R., no Carmo, que alguns oficiais tomaram de assalto, prendendo o comandante Pinto Ferreira."

Continuando Otelo Saraiva de Carvalho, sereno, com ar confiante, afirmou:

"A situação está perfeitamente calma. Foi um exercício de fogos reais. Quanto aos responsáveis do sucedido, eles serão exemplarmente castigados. As forças do Exército, no país, estão totalmente serenas e com o M. F. A. O COPCON vive um curto clima de agitação mas também de tranquilidade."

E terminou, apelando para a população:

"As massas populares devem manter-se vigilantes, mas calmas, não aderindo a movimentos extremistas. Em qualquer momento que as Forças Armadas não controlem a situação, não hesitarei em lançar mão do auxílio precioso das massas populares. A democracia é ainda muito jovem e é preciso lutar de dentes cerrados contra todos estes ataques.

Que as massas populares não tomem medidas extremistas e desnecessárias."

As palavras de Otelo Saraiva de Carvalho, apesar de enfermarem ainda do facto de serem pronunciadas pouco tempo depois dos acontecimentos, encerram já afirmações suficientes para se poder ajuizar da verdadeira amplitude da acção insurreccional, e, por outro lado, são bastantes para trazerem aos espíritos a necessária confiança e tranquilidade.

16,00 — Comunicado do Presidente da República, transmitido através da 5.ª Divisão pela E. N.:

"O Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas — General Costa Gomes — através da 5.ª Divisão do Estado-Maior

(Continua na pág. 4)

R. A. L. 1, 11 DE MARÇO DE 1975

"PURA E SIMPLESMENTE DEFENDEMOS A UNIDADE QUE DEFENDE O POVO"

"A nossa reacção foi brava. Pura e simplesmente defendemos a unidade que defende o povo. Por isso nós soldados, oficiais e sargentos do R. A. L. n.º 1 estamos todos de acordo em que a nossa unidade não pode ir abaixo. Por isso lutaremos, nem que nos custe a vida. Se assim suceder morreremos por uma luta que é justa".

As palavras saem-lhe firmes, ainda que tocadas pela emoção. Não houve, no decurso das duas horas de diálogo em que recolhemos os depoimentos de quatro camaradas do R. A. L. n.º 1 (Silveira, Vaz, Santos e Pessoa) sobre os acontecimentos do 11 de Março, qualquer manifestação de falta de humildade. Uma serena certeza do dever cumprido escondia-se por detrás do relato de cada um deles. Nem uma palavra denotava sequer rancor para com aqueles que, enganados, foram levados para uma aventura.

"Além do mais — continua o soldado Silveira — tivemos o povo connosco a enfrentar as armas dos que vieram enganados. E já agora lanço um apelo a quem ouvir esta gravação para compreender a acção dos pára-quedistas. Não merecem ser repudiados. Eles vieram simplesmente enganados. Os soldados pára-quedistas são soldados do M. F. A. como nós somos e vieram enganados. Enganados por esses reaccionários que querem destruir Portugal, coisa que nunca poderemos deixar".

R. A. L. n.º 1. 11,50 H DO DIA 11 DE MARÇO. Aviões e helicópteros iniciaram o ataque à unidade. (Pessoa): *"De repente, começámos a ouvir explosões. Pensámos ser algum acidente, mas depois começámos a ouvir rajadas de metralhadora. A minha primeira ideia foi de que o quartel estava a ser atacado por tropas apeadas — nunca me acorreu poder ser um bombardeamento aéreo.*

Com o comandante da companhia dirigimo-nos para a arrecadação de M. G. para tentar trazer para fora o material pesado. Reunimos todo o pessoal e arrancámos para fora da caserna. A maior parte do pessoal foi com o cap. Dinis de Almeida para fora do quartel. Dirigi-me para o edifício do comando a fim de receber instruções.

Os aviões continuavam a metralhar o quartel. Nós disparávamos as nossas G 3 contra os aviões e os helis, para evitar que eles se aproximassem muito. Um soldado ao pé de mim dizia: "Bom, eu tenho mulher e filhos, mas isso não importa. O que importa é que se havemos de acabar no Campo Pequeno acabamos aqui, aqui ao menos morremos a defender o povo", e continuava a disparar carregadores e carregadores de G3 sobre os helicópteros. (Mais tarde, soubemos que isso impediu o desembarque de pára-quedistas no interior da unidade).

Saí do quartel com outros camaradas e fomos tomar posições nuns prédios defronte. Nessa altura reparámos que os páras começavam a estar confusos e a hesitar. Começámos a falar com eles, a perguntar-lhes se sabiam o que vinham fazer e porque se tinham deixado enganar daquela maneira. Eles começaram a mostrar indignação pelo facto de terem sido enganados, diziam que quando chegassem ao quartel tratariam da saúde ao seu comandante, o coronel Durão. Nós diziamos-lhes que acima de tudo era necessário que soldados não disparassem contra soldados, que certamente se havia de descobrir de que lado estava a razão."

SANTOS: *"Ouvi rajadas de metralhadora e explosões, pensei que fosse fogo de experimentação de armas na nossa carreira de tiro. Vidros e bocados de madeira saltavam das janelas da caserna. Um camarada disse-me que estávamos a ser atacados por aviões e hélis. Pensei que fosse uma guerra civil. Pensei que fossem portugueses, depois que fossem estrangeiros, depois não pensei nada.*

Percorri a caserna duas vezes e não encontrei ninguém ferido ou morto (depois foi-me dito que o primeiro-sargento Pereira tinha tirado dois camaradas nossos, feridos, da bataria da 1.ª C. Art., um dos quais, o Carvalho Luís, viria a falecer). Com outros canaradas juntámo-nos ao primeiro-sargento da bataria e colocámo-nos em posição de fogo contra os hélis".

PESSOA: "Uma coisa a salientar é a prontidão da resposta dos soldados e a razão dessa prontidão. Eles não reagiram apenas emocionalmente ou porque estavam a ser atingidos. Foram muitos os soldados que se voltaram para mim dizendo: "nós estamos aqui a defender o povo; temos mulher e filhos, podemos morrer, mas estamos aqui a defender o povo e defender o povo é defender-me a mim mesmo".

"Sabíamos perfeitamente o significado político do que estava a suceder. Era um golpe reaccionário dirigido para o aniquilamento do processo democrático em Portugal — dirigido, a começar, contra o R. A. L. n.º 1 que era das unidades que mais conscientemente defenderia esse processo. Mas, apesar disso, estávamos um pouco baralhados, pois não sabíamos o que se estava a passar noutros lados. Quando ouvimos o primeiro comunicado na rádio a dizer que o R. A. L. n.º 1 *era a unidade cem por cento de confiança do M. F. A., que o golpe era um golpe reaccionário e que eles estavam decididos a fazer tudo para nos apoiar e para vencer esse golpe — devo dizer que sentimos um grande alívio.*

Lembro-me que desci as escadas do prédio onde me encontrava a anunciar a todos que a vitória era nossa, visto termos do nosso lado todo o M. F. A., e que o povo todo já sabia o que se passava aqui."

VAZ: *"Fomos um pouco felizes, pois creio que o objectivo deles era encontrar-nos juntos, por ser quase a hora do almoço. Apesar da surpresa do ataque, procurámos reagir da melhor maneira. Fizémos fogo, pois não podíamos abandonar as nossas instalações — somos uma unidade bastante forte, estamos esclarecidos e mentalizados, soldados, sargentos e oficiais. E digo esclarecidos também politicamente.*

"Quero salientar a importância da colaboração do povo que nos estimulou. Pessoas, nas janelas dos prédios, gritavam-nos: "nós estamos convosco, nós ajudamos" — e isso dava-nos força interior e determinação. Muitos populares pediam-nos armas. A reacção do povo que se aglomerava junto ao nosso quartel foi uma grande defesa nossa."

REGIMENTO DE ARTILHARIA LIGEIRA N.º 1

COMUNICADO DA EQUIPE DE INFORMAÇÃO INTERNA E RELAÇÕES PÚBLICAS

O fracasso do golpe contra-revolucionário de 11 de Março de 1975, colocou o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 numa evidência, que traduzida no carinhoso e gigantesco apoio, quer por parte da população quer por parte das diversas Unidades, sugere ter sido a grande vencedora das difíceis circunstâncias vividas.

Urge desmistificar o exclusivo de tal glória, que é fundamentalmente extensiva não só a Unidades como o C. I. A. A. C., cujos decididos soldados acorreram destemidamente na altura mais crítica, o R. I. O. Q. gémeo corajoso do R. A. L. n.º 1, e o eficiente Destacamento de Fuzileiros, cujos componentes chegaram ainda numa altura em que a situação não estava perfeitamente aclarada; mas também todas as Unidades em que sempre confiámos e que apenas não acorreram imediatamente porque felizmente não necessárias.

Porque esta situação de injustiça, embora favorável ao R. A. L. n.º 1, nos peturba, é vontade expressa deste Regimento explicitar publicamente que sem o apoio dos restantes militares e do Povo Português, esta Unidade não só nada significaria no contexto actual, como também de forma alguma teria encontrado a força ideológica necessária para vencer.

Comunicado da E.I.I.R.P. do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1.

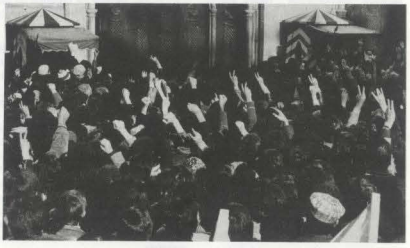
Quartel em Encarnação, 19 de Março de 1975.

CRONOLOGIA DOS FACTOS

General das Forças Armadas dirige-se e informa a população de que a aventura contra revolucionária que levou uma Unidade de Tropas Pára-quedistas a atacarem o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 — R. A. L. n.º 1 — na Encarnação (no limite de Lisboa), foi conduzida por traição de alguns quadros, enganando e arrastando consigo os soldados e outros subordinados, com informações falsas e provocatórias que os levaram a disparar contra os camaradas do R. A. L. n.º 1

Dado que a situação se está a esclarecer e a tender para a normalidade, o Presidente da República alerta contra manobras de agentes provocadores que poderão aliciar e levar a população a perder a calma e serenidade, levando a uma luta fratricida que só servirá os intentos das forças reaccionárias apostados em destruir a Democracia Portuguesa.

Que desta lamentável aventura saia mais uma vez reforçada a unidade POVO — M. F. A. e que a População Portuguesa dê mais um exemplo ao mundo da sua maturidade cívica."



17,00 — Rendem-se e libertam os oficiais detidos os elementos contra-revolucionários que se haviam revoltado no Quartel do Carmo. Quatro dos revoltosos (general Freire Damião, tenente-coronel Xavier de Pinto, major Rosa Garoupa e tenente Gomes pedem asilo político na embaixada da Alemanha Ocidental.

17,15 — O Primeiro-Ministro Brigadeiro Vasco Gonçalves, dirige, pela T. V. e Rádio, a seguinte alocução ao Povo Português:

"Uma minoria de criminosos lançou homens das Forças Armadas contra homens das Forças Armadas, que é o maior crime que hoje se pode perpetrar em Portugal.

"Beneficiando da grande benevolência que os generosos obreiros do 25 de Abril têm tido para com os seus inimigos, tentaram dividir o País, ao serviço das forças reaccionárias para que tantas vezes tem sido chamada a atenção. Espero que isto seja uma verdadeira lição para todos os portugueses, para os partidos políticos, para os sindicatos, para as Forças Armadas, para todos os patriotas. Os nossos verdadeiros inimigos são, de facto, a reacção e os fascistas. E a reacção traduz-se na prática por aqueles que se opõem ao desenvolvimento e ao progresso da nossa Pátria dentro do Programa das Forças Armadas e no sentido que o M. F. A. lhe tem procurado imprimir. São todos aqueles que quotidianamente travam este processo revolucionário, quer ao nível de repartições públicas, quer ao nível das cúpulas; a todos os níveis; essa luta quotidiana que todos os democratas travam contra os seus inimigos é que significa a luta que o povo português trava contra a reacção.

"Eu daqui exorto as massas trabalhadoras para que não se deixem desunir nos seus sindicatos; para que se unam, para que vejam bem onde estão os seus inimigos e os seus amigos.

"A unidade das massas trabalhadoras é indispensável à consolidação da revolução democrática portuguesa.

"No momento em que estávamos a ser atacados, estava-se preparando uma greve nos T. A. P.; é preciso que os trabalhadores dos T. A. P., por exemplo, entre outros, tomem bem consciência dos perigos que correm ao dividir-se, ao cindir-se do M. F. A. e que estejam alerta para quem os divide.

Os trabalhadores devem tirar todas as conclusões desta tentativa reaccionária de lançar F.A. contra F.A.; de lançar camaradas de armas contra camaradas de armas, servindo-se das maiores mentiras, de ignomínias; lançando homens honrados em aventuras condenadas, antecipadamente, ao fracasso porque o M.F. A. tem consigo a esmagadora maioria das massas trabalhadoras e dos patriotas portugueses.

Também os partidos políticos é bom que tirem as ilações da situação que acabamos de viver. Em lugar de se lançarem em lutas uns contra os outros, em lugar de se dividirem, que se unam. Unam-se em volta da bandeira da nossa Pátria, unam-se em volta do verdadeiro progresso da nossa Pátria com as ideias revolucionárias que traz o Programa das F. A.

Os partidos políticos têm obrigação de tirar bem a ilação deste acontecimento.

Por outro lado, as forças progressistas desses mesmos partidos políticos apoiaram-nos nestes momentos. Devemos reconhecê-lo e mais uma vez afirmar que a revolução portuguesa só pode marchar em frente em estreita aliança do M. F. A., com os partidos políticos progressistas e patrióticos que verdadeiramente estão interessados na mudança de rumo da vida política, económica e social portuguesa.

A todos os portugueses, a todos os patriotas, quer os trabalhadores, quer a pequena burguesia, quer os pequenos comerciantes, os quadros, os médios comerciantes, peço que vejam bem as aventuras para que os nossos inimigos nos podem lançar e que tenham confiança no M.F. A., que está atento e em ligação estreita com o povo português não permitirá que a reacção volte a dominar este País. Viva Portugal!"

17,35 — É transmitido novo comunicado da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. em que se fazia o ponto da situação militar no País, regressada à normalidade:

"As 17,15 horas a situação encontra-se quase normalizada.

Em Tancos a situação está dominada e encontra-se preso o comandante do Regimento de Caçadores de Pára-quedistas, coronel Rafael Durão.

Entretanto fugiram de carro, certamente em direcção à fronteira, o general Spínola e os comandantes Alpoim Calvão e Rebordão de Brito e o primeiro-tenente Benjamim.

DIÁLOGO COM CAMARADAS DO R. A. L. 1

A DISCIPLINA É NECESSÁRIA

Boletim — *No decorrer dos vossos depoimentos sobre o 11 de Março, vocês mostraram que a forma como reagiu o pessoal da unidade corresponde a uma consciência política profunda da sua missão de soldados no contexto da nova ordem democrática. E também como, ao contrário do que algumas pessoas poderão pensar, o R. A. L. 1 é uma unidade disciplinada, sob um ponto de vista novo de disciplina — cada um sabe exactamente a missão que lhe compete — como soldado do M. F. A. Demonstraram ainda existir um grande espírito de corpo entre todos os militares da unidade — soldados, sargentos, oficiais. Gostaria que explicassem o modo como vos foi possível atingir tal estado?*

Silveira — Pensar-se não haver disciplina no R. A. L. n.º 1 é um engano. Lá porque o soldado convive com os oficiais e sargentos não se pode dizer que não haja disciplina. A disciplina existiu e existirá sempre no R. A. L. n.º 1 e é aceite por todos os soldados, porque a disciplina faz bem a todo o soldado. A disciplina é necessária e somos nós, soldados, que a exigimos. Os oficiais ao conviverem com os soldados só lhes dão mais coragem e incutem-lhes esperança num futuro melhor. Quando sairmos daqui, queremos viver honestamente no nosso país, queremos viver livres e por isso lutamos pela nossa liberdade. Lutamos e luta remos sempre.

Santos — Desde o 28 de Setembro que soldados, oficiais e sargentos do R. A. L. n.º 1 se têm unido. Tem havido várias organizações de convívio entre nós e tem de continuar a união resultante desse convívio, mas isso nada tem a ver com falta de disciplina. Esse convívio ajuda a desenvolver o respeito que temos pelos mais graduados.

Vaz — O 11 de Março trouxe-nos a todos ainda uma maior segurança, a qual se vinha desenvolvendo desde o 28 se Setembro. A partir dessa data começámo-nos a reunir — oficiais, sargentos e praças — começámos a conhecer as ideias de uns e outros. O 11 de Março foi a prova da união e da confiança resultante desse convívio — reagimos todos em uníssono, conscientes do que estávamos a fazer. Trabalhamos para o povo, somos o povo. Amanhã, quando regressarmos à vida civil, queremos ter um país democrático e não um país oprimido, como antes do 25 de Abril.

As reuniões que passamos a ter, após o 28 de Setembro, trouxeram-nos muita coisa boa. Uma delas, foi ter total confiança nos oficiais e sargentos, outra, sabermos que eles tinham confiança em nós. O dia 11 mostrou que a nossa unidade foi arma fundamental na vitória contra a reacção que nos tentava esmagar. As reuniões apenas eram uma mentalização para o como reagir perante qualquer movimento reaccionário que pudesse surgir. Esse movimento esperávamo-lo. Depois de 48 anos de vida fascista é muito difícil em tão pouco tempo de liberdade não restarem retalhos de uma reacção, pois ainda se encontram muitos reaccionários a trabalhar junto do M. F. A.

Pessoa — Queria dizer algo sobre a questão da disciplina. O R. A. L. n.º 1 tem fama de unidade indisciplinada, o que é falso. O R. A. L. n.º 1 é a unidade mais disciplinada que conheço, e tenho conhecido algumas. E é a unidade mais disciplinada porque cada camarada sabe sempre o que está a fazer, porque o está a fazer — e fá-lo.

Antes do 25 de Abril, como as outras de resto, o R. A. L. n.º 1 era uma unidade onde grande parte dos soldados faltava aos serviços, onde o pessoal não tinha instrução, onde andava o dia inteiro sem fazer nada. Agora, isso não sucede. É raro um soldado faltar a um serviço, são os próprios soldados que se chateiam quando um camarada começa a baldar-se, a aparecer pouco. São eles que exigem o seu saneamento, a sua transferência, o fim de comissão se for caso disso. Os soldados procedem assim porque compreendem que os serviços, nomeadamente os de vigilância à unidade, são mesmo necessários. E é por isso que eles os fazem e não apenas porque lhos mandam fazer ou os escalam. Como se conseguiu essa disciplina consciente? Essa disciplina construiu-se com base num contacto constante entre oficiais, sargentos e praças, numa convivência bastante grande, num debate de todos os aspectos da vida da unidade. É também, porque isso é importante no momento que passa, por um debate da vida política da nação, de modo a que cada soldado saiba o que são, o que pensam os seus oficiais e qual a posição deles perante o povo (se estão a favor dele, se são contra ele, etc.). Com um conhecimento profundo como esse a disciplina é natural. As pessoas sabem o que querem, estão todas unidas ao redor de um objectivo: servir o povo. A disciplina resulta da unidade que assim se forja.

Boletim — *Por vezes diz-se lá fora que o R. A. L. n.º 1 estaria dominado por determinadas forças partidárias.*

Pessoa — Tal ideia é falsa. No R. A. L. n.º 1 não há apenas uma opção partidária, há diversas. Se fossemos fazer um trabalho partidário no R. A. L. n.º 1, imediatamente se quebrava, o que tornava absolutamente impossível a disciplina aqui dentro. Por isso mesmo evitamos e recusamos o trabalho partidário aqui dentro. Independentemente da opção partidária de cada um, o trabalho da unidade é pensado em comum, pensado em comum, sem que isso quebre a linha hierárquica, antes a reforça. Adebatemos as opiniões que surgem, vemos qual é a opinião da maioria e esta é aplicada por todos.

Boletim — *A unidade entre todos resulta, assim, de um permanente trabalho democrático dentro do R. A. L. n.º 1 e é esse trabalho que ajuda a tornar a consciência política e a sedimentar a própria disciplina.*

Pessoa — Exactamente. Aliás, procuramos sempre encontrar uma plataforma unitária. Procuramos sempre encontrar os pontos comuns e não o que nos desuna. Por exemplo: no decorrer da instrução é raro falar-se em partidos. E quando tal se revela necessário, fazemo-lo de forma neutra — um tal partido disse isto, outro disse aquilo... Claro que damos sempre um sentido progressista às análises que fazemos.

Silveira — Entre nós, soldados, não há questões partidárias. O serviço tem de ser feito e não importa quem o faz — tem de ser feito, faz-se. Cada qual tem o seu partido, mas o trabalho e as decisões são tomadas em espírito de unidade — e os partidos ficam de fora.

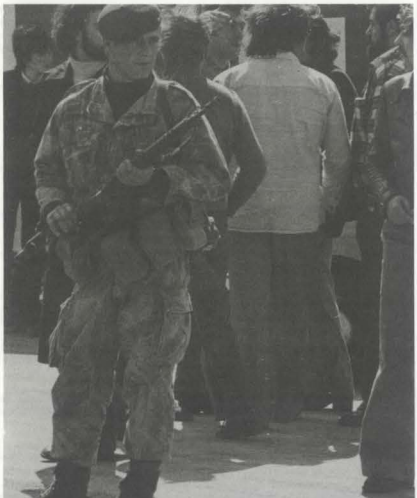
Boletim — *Como encaram vocês o futuro do processo revolucionário no nosso País?*

Santos — O processo revolucionário não pode parar, tem de avançar sempre. Temos de continuar a lutar pela democracia em Portugal, pela liberdade que é a coisa fundamental para o nosso Povo.

Vaz — Temos de continuar a lutar pela liberdade para o Povo português — liberdade em tudo: melhores salários e condições de vida, melhores condições de trabalho, enfim tudo aquilo que o nosso Povo merece e nunca teve.

Silveira — Hoje, mais do que nunca, nós soldados temos de defender o Povo e os seus direitos. Mais do que nunca temos de lutar por esses direitos. A revolução não pode parar.

(Soldados: Silveira, Santos e Vaz, oficiais: Pessoa).



SOLDADO "PARA" JUNTO AO R. A. L. 1
"Vieram enganados. São soldados do M. F. A. como nós somos"

CRONOLOGIA DOS FACTOS

Apela-se para a população que, em colaboração com as Forças Armadas se mantenham vigilantes nas fronteiras.

Na Guarda Nacional Republicana, quartel do Carmo, a situação encontra-se também normalizada, tendo conseguido evadir-se o general Damião que, ilegalmente, assumiu o comando.

Reassumiram as suas funções o general Pinto Ferreira e os coronéis Vicente da Silva e Stone.

Nas restantes regiões militares do País a situação mantém-se normal.

Até ao momento, só se tem conhecimento de alguns feridos na acção contra o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1."

19,00 — Spínola, acompanhado da mulher e de quinze elementos contra-revolucionários chega à base aérea de Talavera la Real, a 16 km de Badajoz — segundo telegrama da agência "France-Press".

19,30 — Em conferência de imprensa, o brigadeiro Saraiva de Carvalho afirma que os acontecimentos correspondem a "mais um assalto das forças reaccionárias à jovem democracia portuguesa" e admitiu ser possível que nesta tentativa de golpe de Estado estiveram implicados elementos civis, eventualmente ligados à finança.

20,00 — Dezenas de milhar de populares, agitando bandeiras e gritando "slogans" — em que predominavam os gritos de "unidade" e "soldado amigo, o povo está contigo" — desfilam em Lisboa, desde o Campo Pequeno até ao Rossio, no que constitui a primeira grande manifestação popular de regozijo pela vitória alcançada contra a reacção. Idênticas manifestações decorrerão, depois, em muitos pontos do País.

22,35 — O Presidente da República, general Costa Gomes, dirige uma mensagem ao País:

"Dirijo-me a todos os portugueses na hora em que mais uma aventura reaccionária foi posta em marcha. É do conhecimento geral o ambiente alarmista, onde a indisciplina social vem sendo incrementada e explorada, por agitadores profissionais e pseudo-revolucionários, ao serviço das forças da reacção, tudo servindo para criar um clima favorável a críticas conducentes ao desprestígio do M. F. A. e do Governo Provisório.

"Segundo o que se encontra já apurado, a manobra reaccionária teve as seguintes linhas mestras:

1.º — Criação de um clima geral de intranquilidade política e social em todo o País, como por exemplo, a agudização de problemas de trabalho, greves nos estabelecimentos de ensino, boicote das leis do Governo Provisório, sabotagem económica, criação de conflitos entre partidos políticos, boatos difamantes das principais personalidades do M. F. A. e do Governo Provisório.

2.º — Acção militar divisionista entre forças armadas e militarizadas, lançando-as numa guerra civil.

3.º — Agregação a este plano de elementos civis.

A situação está sob total controlo do M. F. A. Entre os responsáveis, menciono, desde já, os seguintes: general da reserva, António de Spínola; general da Força Aérea na reserva, Rui Tavares Monteiro; general do Exército, Freire Damião; capitão-tenente, na situação de licença ilimitada, Guilherme Alpoim Calvão; coronel, na reserva, da Força Aérea, Durval Serrano de Almeida; capitão-de-mar-e-guerra, na reserva, Paulo Belmarço da Costa Santos; capitão pára-quedista, António Ramos; major da Força Aérea, Neto Portugal; major da Força Aérea, Arantes de Oliveira; tenente-coronel de Cavalaria, Xavier de Brito; major de Cavalaria, Rosa Garoupa; major de Artilharia, Carlos Pinto Simas; coronel da Força Aérea, Moura dos Santos; coronel pára-quedista, Rafael Durão; coronel de Infantaria, na reserva, Espadinha Milreu; capitão de Infantaria, do quadro de complemento, Valério da Silva; capitão de Cavalaria, do quadro de complemento, Lopes Mateus. capitão de Infantaria, do quadro de complemento, Almeida Coelho; tenente de Infantaria, do quadro de complemento, Carlos Alves; tenente de Cavalaria, do quadro de complemento, Antero Rebelo; tenente de Cavalaria, do quadro de complemento, Oliveira Santos; coronel de Infantaria, na reserva, Martiniano Gonçalves; major de Cavalaria, na reserva, Simões Pereira; major de Cavalaria, Ferreira Fernandes; major de Infantaria, Teotónio Pereira; tenente do quadro de complemento, Canavarro; e tenente do quadro de complemento, Barros.

Parte dos oficiais já se encontram detidos e todos os responsáveis serão rapidamente julgados e punidos.

Agradeço ao povo português a adesão espontânea de todos quantos colaboraram, com recta intenção, na defesa da nossa Revolução. As Forças Armadas determino que redobrem a sua vigilância e se mantenham atentas.

Termino com um apelo nacional à colaboração que necessitamos: calma, ordem, tranquilidade e trabalho para a construção da nossa democracia. Assim venceremos."

23,50 — Inicia-se uma reunião extraordinária do M. F. A., presidida pelo general Costa Gomes.

Esta reunião foi motivada pela circunstância de muitos oficiais, alguns sargentos e praças terem começado a afluir a Belém, à Cova da Moura e ao IAEDN reclamando perante o Conselho Superior do M. F. A. (Conselho dos Vinte) e seus órgãos que fossem tomadas medidas verdadeiramente revolucionárias. Perante isto o Conselho dos Vinte decidiu efectuar a sua reunião alargada a todos estes militares. Essa reunião prolongou-se até às 8,45.

(Continua na pág. 6)

NOTÍCIAS

"De Moçambique olhamos Portugal"

Recebemos o n.º 3 de "MOVIMENTO E REVOLUÇÃO", Boletim do M. F. A. em Moçambique. Dele transcrevemos o Editorial:

A grande maioria dos portugueses vivia, antes de 25 de Abril, completamente manietada e limitada a curtos horizontes, nos domínios do conhecimento e do acesso à cultura. Era norma de vida o obscurantismo, imposto por um regime escravizador das liberdades humanas.

Em face da sua incultura, o Povo era explorado e oprimido. As limitações de toda a ordem, impondo-se, ao longo dos anos, física, psicológica e psiquicamente à maioria do Povo Português, fazem nascer nestes sentimentos específicos que bem depressa o passam a caracterizar: É uma atitude de fatalismo (a que a "religião" não é estranha — provocação em círculo vicioso de religiosidade"-fatalismo) que leva a uma melancolia atávica, inibidora da iniciativa criadora e da decisão firme.

Mas, por outro lado, a repressão das liberdades individuais, da expressão de pensamento, da livre discussão das ideias e da associação, agudizam, em acelerado, a ignorância e a estagnação, criando as condições necessárias (provocadas) para a canalização ideológica das massas populacionais, essencialmente nos lugares em que o isolamento humano mais impedia o acesso ao conhecimento, no sentido "conveniente" e na procura duma intoxicação dirigida e resistente.

O 25 de Abril rompe a parede das limitações.

Conseguindo o desmoronamento completo do dique impeditivo da afirmação dos portugueses, como homens e como Povo, o M. F. A. cria, desde logo, condições de expansão humana, mas também, como preço inicial, condições de desequilíbrio psicológico, já que, outras instituições de peso no espírito dos portugueses, se entregam a deturpar e a obscurecer o sentido revolucionário do 25 de Abril.

Mas, como facto de sentido irreversível, o 25 de Abril abre novas e determinantes possibilidades de informação de estudo, de esclarecimento. E, através da restituição ao Povo das liberdades essenciais, cria a oportunidade de opções de pensamento e da sua consequente expressão. Dinamiza a vivência pelo acesso à análise dos factores; expurga os condicionalismos do racioclínio, pelo conhecimento averiguado das realidades. Põe, numa palavra, o homem português perante a sua liberdade.

Em Portugal quase tudo é, hoje, experiência, ensaio, definição.

Os trabalhadores procuram a sua consciência colectiva, na convicção, cada vez mais profunda, da relação consequente entre a sua união e a sua vitória. Mas os escolhos da motivação espontânea para os interesses individuais, face ao relativo desinteresse dos estímulos colectivos, tem posto dificuldades ao avanço da organização dos trabalhadores.

Por outro lado, os dirigentes portugueses buscam também, permanentemente, a correcção da sua actuação, dentro da linha revolucionária definida.

Os partidos tendo, na maior parte dos casos, a intenção de propor ao Povo, o programa, os métodos e as pessoas que melhor o conduzirão, rumo ao progresso e à participação, não atingiram as condições necessárias de clareza e de objectividade capazes de fazerem com que o Povo Português opte, consciente.

E, apesar dos passos firmes da Revolução, a reacção estuda, quantas vezes camuflada, o desenrolar dos factos e as possibilidades das suas diversas formas de actuação.

Vistas, de forma necessariamente sucinta, tanto as condições de vida do Povo Português antes de 25 de Abril, como as possibilidades novas abertas pelo M. F. A. e as dificuldades de actuação na primeira etapa da Revolução, apontemos alguns princípios cuja aplicação atenue ou ultrapasse os obstáculos referidos.

O M. F. A. deverá organizar-se e estruturar-se, desde as bases até ao topo, no sentido de as suas decisões terem sempre o apoio consciente e dinâmico de todas as Forças Armadas.

Os partidos políticos deverão unir-se ao M. F. A. e entre si, como forças progressistas, com o objectivo comum de eliminar a ignorância, a passividade e o desinteresse de parte significativa do Povo Português e no sentido de obstar às manobras sempre reais e sempre possíveis da reacção.

A informação, como fundamental factor da realidade portuguesa de amanhã, terá que assumir a sua responsabilidade, como informação não-especulativa, como veículo de formação, como vector de verdadeira conscienciação. Para além disso, cabe-lhe a tarefa de procurar o povo e a ele se tornar acessível.

A todo o cidadão, como participante no processo revolucionário, é interdita uma atitude de indiferença, face ao gigantismo da missão que a História nos está a destinar.

M. F. A. MOÇAMBIQUE II REUNIÃO GERAL

Comunicado final

Decorreu em Lourenço Marques durante os dias 13, 14 e 15 de Janeiro de 1975 uma reunião geral do M. F. A. de Moçambique. Estiveram presentes oficiais representativos do Comando-Chefe, dos Comandos dos três Ramos das Forças Armadas, da Comissão Coordenadora e das Comissões Regionais do M. F. A., de Nampula, da Beira e de Lourenço Marques, sob a presidência do contra-almirante Vítor Crespo na sua qualidade de Comandante-Chefe e de membro da Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A.

Esta reunião teve como objectivo a análise da situação geral em Moçambique e da actividade do M. F. A. em Moçambique e Portugal e suas relações e a definição de linhas de actuação futura em Moçambique.

A reunião decorreu em ambiente de grande coesão que determinou convergência de esforços no sentido de serem encontradas soluções mais válidas para os problemas em estudo.

Para além de se analisar toda a problemática das Forças Armadas Portuguesas no contexto do processo de descolonização de Moçambique, a assembleia reiterou o seu incondicional apoio ao cumprimento do Acordo de Lusaka, cujas oportunidade e justeza mais uma vez confirmou, quer na forma quer no espírito e a total confiança na Frelimo como legítima representante e vanguarda do povo moçambicano.

Foi reconhecida como fundamental a dinamização dos contactos a todos os níveis entre os elementos dos órgãos do M. F. A., como garante da continuidade dum processo, que levará à completa conscienciatização da necessidade de todos os militares continuarem a participar activamente nas tarefas que incumbem às Forças Armadas Portuguesas na reconstrução nacional, de que um processo correcto de descolonização constitui pilar essencial.

COMUNICADO À IMPRENSA DO D. G. M. G.

Em reuniões da Equipa de Informação Interna e Relações Públicas (E. I. I. R. P.) do Depósito Geral deMaterial de Guerra, em que se contactaram as suas bases nos diferentes departamentos em 13, 14, 18, e 19 do corrente mês, dicidiram aprovar e comunicar os seguintes pontos:

1 — O apoio incondicional ao M. F. A. e o desejo de se reiterarem os laços de solidariedade com todos os camaradas progressistas apostados em levar por diante o triunfo da democracia, contra as forças exploradoras e reaccionárias.

2 — Reiterar o apoio ao Director do Depósito Geral de Material de Guerra, que em 11 de Março de 1975, levou por diante a intenção firme de prosseguir no apoio ao M. F. A.

3 — Louvar os camaradas do R. A. L. 1 pelo seu comportamento em 11 de Março na defesa do seu Quartel cobardemente atacado.

4 — Exigir castigo rigoroso aos assassinos que bombardearam o R. A. L. 1 e a todos os que, directa ou indirectamente, estiveram envolvidos no golpe.

●

Da Escola Prática de Artilharia recebemos uma MOÇÃO que depois de considerar que "Face aos acontecimentos de 11 de Março que mais uma vez vieram demonstrar que a benevolência dos órgãos superiores do M. F. A. e do Governo Provisório, tem contribuído para o retardamento do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e permitiu toda uma acção de sabotagem económica e de reorganização dos elementos reacionários e partidários de uma situação ditatorial de retorno à opressão do Povo e eliminação das liberdades obtidas", aponta várias propostas concretas relacionadas com a actual situação política decorrente do 11 de Março.

M. F. A. NO ESTRANGEIRO

Missão realizada pelo M. F. A. (Comissão Dinamizadora Central do Programa de Animação Cultural) em cooperação e apoio da Secretaria de Estado da Emigração, junto das comunidades de emigração portuguesa, na Inglaterra e na Suíça.

1. Cumprindo uma missão de estudo, informação, apoio cultural e esclarecimento político deslocaram-se à Inglaterra e Suíca, respectivamente de 28 de Fevereiro a 6 de Março e de 7 a 10 últimos, um responsável da S. E. E. (Presidente do Instituto da Emigração Dr. Manuel Areias para o primeiro País,

(Continua na pág. 7)

CRONOLOGIA DOS FACTOS

DIA 12

1 da manhã — A TV transmitiu a reportagem do ataque ao R. A. L. 1.

9,00 — Termina a reunião extraordinária do M. F. A. E divulgado o comunicado síntese dos trabalhos. Assim:

"Foi feita uma análise aos acontecimentos do dia 11 de Março.

— Elaborada uma lista de implicados a prender;

— Elaborada uma outra lista de oficiais demitidos — os que fugiram para Espanha;

— Elaborada, também, uma lista dos comandos a modificar de imediato;

— Nomeada uma Comissão de Inquérito;

— Resolvida a dissolução dos Conselhos das Armas em que haja oficiais implicados;

— Decidida a institucionalização imediata do Movimento das Forças Armadas. Esta institucionalização imediata do Movimento das Forças Armadas, com base num Conselho de Revolução que será o órgão executivo do Movimento das Forças Armadas, ao qual competirá a direcção da Revolução e de uma Assembleia do Movimento das Forças Armadas, perante a qual o Conselho de Revolução responderá;

— Foi decidido intensificar a acção cívica das Forças Armadas;

— Foi marcada a determinação do Movimento das Forças Armadas em realizar as eleições na data prevista;

— Foi dado ao Primeiro-Ministro todo o apoio para proceder a uma remodelação ministerial que permite ao Governo uma actuação mais firme e definida dentro do Programa do Movimento das Forças Armadas;

— A Assembleia reconheceu o valor e o espírito de sacrifício com que o Regimento de Artilharia Ligeira 1 suportou e reagiu ao intempestivo ataque de que foi vítima e manifestou a todo o Povo Trabalhador Português, que dos seus locais de trabalho acorreu a tomar o seu lugar ao lado do Movimento das Forças Armadas, o seu reconhecimento de que na Revolução Portuguesa o Povo e o Movimento das Forças Armadas caminham unidos e firmes para o desenvolvimento e progresso social e económico do País."

— Tem-se conhecimento de que Sanches Osório, secretário-geral do P. D. C. se ausentou para parte incerta.

16,30 — Longa conferência de imprensa do ministro Correia Jesuíno, com a presença de dezenas de jornalistas estrangeiros.

17,30 — Inúmeros boatos começados a circular por todo o país recriando um clima de tensão e de confusão. A 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. cria um *Centro de Contra-Boato, através do qual se esclarece directa (através de duas linhas telefónicas) ou indirectamente (via informação: rádio e TV) a opinião pública.*

A partir das 17,30

— Esclarecimento da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., acerca de uma notícia publicada no jornal "O Século":

"A notícia saída no jornal "O Século" do dia 12, na primeira página, referindo que alguns oficiais da Base Aérea n.º 1 teriam participado no golpe contra-revolucionário; e na página 6, que informa que os aviões deslocaram dessa mesma base, em Sintra, não é correcta; pois tanto quanto se sabe até à altura, só elementos da Base Aérea n.º 3 (em Tancos) tomaram parte na abordada tentativa".

— Idem, sobre notícias relativas à intentona:

O Estado Maior General das Forças Armadas, por intermédio do Centro de Esclarecimento e Informação Pública da 5.ª Divisão informa que carecem de fundamento as notícias publicadas em dois jornais diários, segundo as quais se teriam verificado na intentona do dia 11 do corrente, movimentos de tropas de duas unidades da Região Militar de Tomar, em apoio dos revoltosos.

Os únicos movimentos de tropas que naquela Região Militar se verificaram foram determinados pelo COPCON.

23,45 — Comunicado acerca da possível intervenção estrangeira:

"Continuando a circular por todo o País inúmeros boatos, a 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas solicita à população que não preste crédito a tais notícias sem qualquer fundamento.

A situação no País é calma e está totalmente controlada, sendo objectivamente destituída qualquer intervenção de potências estrangeiras em território nacional".

— Comunicado do COPCON e da Comissão Coordenadora do M. F. A., acerca da posição da E. P. C. na intentona.

"Considerando que se torna imperioso, na presente situação, aclarar a posição da Escola Prática de Cavalaria, face à intentona de 11 de Março, e isto em consequência de notícias parciais, vindas a lume através da imprensa diária, que são tendentes a levar a opinião pública a conclusões erradas, isto é, que a Escola Prática de Cavalaria teria tido um lugar dúbio no recente golpe reaccionário, o COPCON e a Comissão Coordenadora do M. F. A. esclarecem que os oficiais, sargentos e praças daquela unidade:

1 — Se opuseram desde o início, à saída de quais quer forças apesar de elementos provenientes do exterior, agora comprovadamente relacionados com a intentona, terem tentado o seu aliciamento.

2 — Apresentaram aos seus ex-1.º e 2.º Comandantes um voto de desconfiança, face às suas ambíguas tomadas de posição, em relação aos acontecimentos, o que conduziu ao imediato afastamento dos cargos que ocupavam.

3 — Reafirmam a sua total adesão ao ideário do M. F. A., conscientes de que após estes acontecimentos há que manter a vigilância e reforçar a união com o povo, de modo a barrar o caminho aos inimigos dos interesses nacionais, para os quais se exige severa e urgente punição".

(Continua na pág. 7)

CONTINUAÇÕES

O PROBLEMA DOS QUADROS

(Continuação da pág. 3)

Forças Armadas. É conveniente não esquecer, no entanto, que é no interior das instituições militares que prioritariamente se deve exercer o esforço relativo à missão de esclarecimento cívico, pois só com militares devidamente preparados e conscientes, poderão as F. A. apoiar as populações e ficar em condições de assumir as suas responsabilidades.

Como é sabido, estão criados dentro dos três ramos das F. A., os órgãos nucleares aos quais compete, na maior parte, a dinamização do processo interno. Recapitulando são:

— Marinha — as G. E. B. E. — Gabinetes de Esclarecimento e Bem-Estar.
— Força-Aérea — as C. B. E. — Comissões de Bem-Estar.
Exército — as E. I. I. R. P. — Equipas das Informações Interna e Relações Públicas.
— G. N. R./P. S. P. — órgãos a criar com idênticas funções.

A classe dos sargentos está especialmente qualificada para fazer arrancar estes órgãos que vão constituir o motor da democratização das unidades, bases, navios e estabelecimentos militares.

Para isso é preciso vontade de participar e capacidade organizativa, pois só assim, com o esforço concertado de todos os sargentos, se avançará para a reposição da classe no seu devido e importante lugar na estrutura militar, lugar de onde aliás, nunca deveria ter saído.

Não temos dúvidas que a grande maioria dos sargentos de Terra, Mar e Ar vai empenhar-se com entusiasmo por esta via de integração no processo revolucionário, do que resultará não só o reforço de coesão e a elevação do grau de disciplina e operacionalidade do aparelho militar mas, acima de tudo, a garantia de que as Forças Armadas jamais actuarão contra os interesses do Povo Português.

UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

(Continuação da pág. 1)

um reparo aos esquerdismos aventureiristas cuja actuação não é compreendida pelo povo no campo ideológico, levando à insegurança, sempre que as suas acções possam ser interpretadas como uma agressão ao espírito colectivo de posse, um dos pontos mais sensíveis num país despolitizado, o que evidentemente constituirá um dos factores de rejeição a um sistema político democrático.

Verificou-se ainda estar o M.. F. A. na firme disposição de cumprir os pontos fundamentais do seu programa — Eleições livres e uma estratégia anti-monopolista através das nacionalizações já efectuadas, bem como não parece disposto a cair em triunfalismos, que a vitória conseguida tentaria, visto não poder cair em compromissos que não possa satisfazer.

Uma outra importante consequência do 11 de Março é a intensificação da acção cívica das Forças Armadas, factor fundamental para a compreensão Povo-M. F. A.

Para terminar esta breve análise parece-importe frizar que a passagem da ditadura para um regime de liberdades políticas, implica a liquidação da exploração do capital monopolista, luta que nunca foi fácil e que as convulsões como o 11 de Março, se permitem caminhar mais firmemente para o socialismo, demonstram que outras tentativas se seguirão, pois o inimigo não foi exterminado, e apenas a união do Povo com as Forças Armadas, permitirá que o socialismo e a democracia saiam vitoriosos desta a bem de todos os Portugueses.

M. F. A. NO ESTRANGEIRO

(Continuação da pág. 6)

Dr. Nuno Pontes para o segundo), o major Moniz Barreto da CODICE (coadjuvado na Suiça pelos capitão Loureiro e primeiro-tenente Costa), um conjunto de elementos da Casa da Comédia como meio de animação e um técnico do Banco do Fomento.

2. Em Inglaterra foram levadas a efeito várias sessões culturais e de esclarecimento e ainda visitas de estudo às comunidades portuguesas de Londres e Jersey: bem como, com as direcções das Associações/Centros e diversos elementos progressistas e intelectuais e com a equipa da Secção Portuguesa da BBC, houve reuniões de trabalho.

Sublinham-se, neste contexto, o conjunto de contactos e até a participação activa e esclarecedora da Embaixada e do Consulado Geral — o que se tornou notável e excepcional, relativamente ao que se tem vindo a observar.

3. Na Suiça realizaram-se reuniões e sessões culturais e de esclarecimento nas comunidades de Gêneva, Lausana, Neuchatel e Basileia, não tendo havido qualquer contacto com os Serviços Oficiais Portugueses, os quais não esboçaram a menor atitude de aproximação ou/e deferência, o que a todos os títulos nos pareceu anormal e extremamente negativo para o Bem Comum que pretendemos, devendo exigir adequada atitude superior.

INSTITUTO HIDROGRÁFICO

Aos camaradas das diversas secções gráficas do Instituto Hidrográfico, a redacção do Boletim agradece o espírito de boa-vontade, sacrifício e camaradagem que tornou possível elaborar este número em tão reduzido espaço de tempo.

TEMAS MILITARES

Desencadearam as Forças Armadas um processo revolucionário original com o golpe militar do 25 de Abril.

São as Forças Armadas o motor e o garante da caminhada irreversível na construção de um Portugal novo.

São os militares quem vem demonstrando a vontade mais firme no sentido da edificação de uma sociedade mais justa.

Todo o país está consciente disso; dessa vontade, desse querer que os militares a cada passo bem fazem vincar.

Por isto o país tem orgulho nos seus militares e sabe que as Forças Armadas refletem em si (como amostra significativa do povo português) os defeitos e as qualidade, as alegrias e as frustações, a vontade e a inteligência, todas as contradições dos Portugueses.

É o país mira-se nas suas Forças Armadas:

"O Exército é o espelho da Nação".

Temos contudo observado determinadas atitudes, embora em casos isolados, que podem constituir para o povo português, motivo de dúvidas sobre se os militares que as tomam estão perfeitamente integrados no espírito do 25 de Abril.

Militares pouco aprumados, mal ataviados, incorrectos não se identificam com o glorioso Movimento das Forças Armadas.

É realmente difícil compreender que quem tem força de vontade suficiente para imprimir à revolução portuguesa a originalidade dinâmica que a caracteriza, e tem a capacidade para garantir a irreversibilidade do processo, seja incapaz de fazer coisas tão simples como andar impecavelmente fardado e aprumado e usar da maior correcção. Daqui até à conclusão lógica de que alguns militares que por aí se encontram, desaprumados e incorrectos, não pertencem ao Movimento das Forças Armadas é um passo rápido e bem compreensível.

Urge acabar de vez com essas atitudes, impróprias de soldados do Portugal novo que todos queremos edificar.

Os militares que se comportam de molde a merecer reparos do povo a que pertencem e por cuja integral fem termos de segurança e bem estar) são os primeiros responsáveis, esses militares não estão verdadeiramente integrados no querer colectivo do Movimento das Forças Armadas.

Em todos os níveis, há que fazer um esforço definitivo — e todos somos responsáveis — para terminar de vez com atitudes inconvenientes.

Mesmo que isoladas, essas atitudes são contrárias ao processo revolucionário em curso e fazem objectivamente o jogo da reacção. Atitudes desse tipo dão azo a que reaccionários levem a efeito manobras torpes que visem separar o M. F. A. do povo a que pertence.

Muitas vezes os reaccionários vestem mesmo a capa de "ultra-progressistas" e incitam os militares à inborrecção, ao desaprumo e à indisciplina. Devemos estar conscientes deste perigo que é uma realidade.

Os Portugueses sabem por que lado estão as suas Forças Armadas. Mas é necessário que nunca possam surgir dúvidas ao seu espírito. É necessário que, a cada momento, pela nossa disciplina, aprumo e correcção, demos mostra do que pensamos e do que estamos dispostos a fazer.

Cada um de nós representa o Portugal Novo que queremos construir

CRONOLOGIA DOS FACTOS

DIA 14

00,30 — Comunicado da 5.ª Divisão (pedido para desfazer barricadas:

"De entre a onda de boatos postos a correr, um deles refere ter sido Lisboa atacada e parcialmente destruída. Como é fácil deduzir tal não corresponde à verdade e em Lisboa, como no resto do País, a situação é perfeitamente normal. A onda de boatos postos a correr por elementos reaccionários no intuito de criar um clima de ansiedade na população, terá levado em algumas zonas à montagem de barricadas. O COPCON, através da 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, solicita às forças populares para desfazerem tais barricadas por desnecessárias".

— Comunicado da Presidência da República acerca da primeira reunião do Conselho da Revolução:

"O Conselho de Estado, na sua reunião de 13 de Março, já constituído apenas por elementos militares, elaborou e aprovou a Lei Constitucional n.º 5/75, pela qual este órgão e a Junta de Salvação Nacional são dissolvidos, passando os seus poderes para o Conselho da Revolução, de que fazem parte os elementos mais representativos do M. F. A. O Conselho da Revolução imediatamente reunido na sua primeira sessão legislativa, elaborou e aprovou um Decreto-Lei, nacionalizando todas as instituições de crédito bancário, com sede em Portugal e Ilhas Adjacentes, com pequenas excepções, atendendo à existência de filiais de bancos estrangeiros e caixas económicas e de crédito agrícola mútuo que aguardarão lei especial".

PROMETEMOS IR ATÉ AS RAIZES MAIS PROFUNDAS DESTE ACTO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

— AFIRMA A COMISSÃO DE INQUÉRITO AO 11 DE MARÇO

A Comissão de Inquérito aos acontecimentos do 11 de Março, cujas actividades se iniciaram no dia 12, emitiu um primeiro comunicado em que afirma prometer "ir até às raízes mais profundas deste acto contra-revolucionário". O comunicado é do seguinte teor:

"Depois da fase de instalação e arranque, foram constituídas diversas equipas de militares com missões objectivas, tendo em vista não só a audição sumária dos principais implicados e testemunhas, como também da recolha de todos os factos que possibilitem a formulação da acusação, todos os componentes da comissão têm desenvolvido um trabalho enorme, desgastante, alongando, muitas vezes, as suas tarefas, pela noite dentro, no sentido de se apresentarem as conclusões.

Foram já ouvidas várias dezenas de pessoas, mas seria pueril e ilusório prometer uma data próxima para o fim do inquérito.

Apesar de ser gigantesca a tarefa, é intenção da comissão, utilizando processos dinâmicos e desburocratizados, conseguir levar até ao fim a investigação, com a maior rapidez que lhe for possível.

Prometemos ir até às raízes mais profundas deste acto contra-revolucionário.

Além dos processos sumários que enviaremos ao Tribunal Militar Revolucionário, respeitantes aos principais agentes do golpe militar, será apresentado um relatório que englobe outras responsabilidades com medidas punitivas de menor vulto, sem prejuízo das já tomadas para garantir a fidelidade à revolução.

A comissão solicita aos órgãos de Informação que se abstenham de dar notícias fantasiosas ou não provadas sobre o 11 de Março, que só podem acarretar confusão e descrença.

A vitória alcançada pelo binário M. F. A.-Povo marca uma nova etapa no processo em curso.

Que o povo português, nesta hora de alegria e esperança, confie na justiça revolucionária."

(Todas as informações dirigidas à Comissão de Inquérito devem ser enviadas para a 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., na Cova da Moura, Lisboa).

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	**65$00**
Ultramar e Brasil	**68$00**
Estrangeiro	**104$00**

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	**89$00**
Ultramar	**161$00**
Espanha	**89$00**
Brasil	**177$00**
Países Europeus (excepto Espanha)	**146$00**
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	**213$00**

PEDIDOS A:
DISTRIBUIDORA *"O SÉCULO"* — Rua do Século — Lisboa

★ **Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora *"O Século"*, Rua do Século, 41 a 63, Lisboa.**

GEOPOLÍTICA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Não custa reconhecer que a geografia condiciona o destino dos povos ou, noutros termos, a política das Nações.

Esta ligação causal de elementar verificação e da qual muitos exemplos ocorrem com facilidade, serviu de postulado a toda uma teoria de determinismo histórico erigida em ciência nos fins do século passado.

Por essa altura a Alemanha estava unificada e tornava-se necessário dispôr de suporte científico para o nascente imperialismo germânico; por essa altura também, os E. U. A. tinham atingido as fronteiras ditas naturais — o litoral da Califórnia — e era preciso substituir a então já inútil doutrina MONROE — a América para os americanos — por outra que justificasse a expansão continuada pelo Pacífico, pelas Caraíbas, etc.

Foi portanto para servir os intuitos de expansão da burguesia euro-americana na fase imperialista que surgiu, em específicas condições histórico/sociais/económicas, a pretensa ciência denominada geopolítica.

Os seus expoentes mais representativos foram: na Alemanha, Haushofer e Ratzel *(Geografia Política — 1897) e o norte-americano* A. T. Mahan *(Influência do poder naval na história — 1890).*

A GEOPOLÍTICA ARMA TEÓRICA DOS IMPERIALISMOS

Talvez custe um pouco mais a reconhecer — designadamente a quem ainda apenas utilize a mecânica do raciocínio cartesiano/dedutivo — que a força dos povos ou, noutros termos, a vontade colectiva de independência nacional tem, por seu turno e decididamente, condicionado os imperativos geográficos, não só opondo-se com êxito às mais geológicas partilhas do mundo como até transformando o próprio habitat *natural.*

Para apreender os limites de validade de teoria geopolítica é esclarecedor exprimentar aplicá-la, ainda que de modo sumário, ao caso da Nação Portuguesa.

Logo de início se vê que em função de um univoco determinismo geográfico nem sequer deveriamos existir como nação independente: o mapa físico mostra claramente que o espaço que ocupamos pertence à totalidade peninsular hispânica. O território que se fez Portugal começou a ser talhado pela vontade de Afonso Henriques e seus companheiros nobres e plebeus e é obra colectiva deles e dos seus descendentes até aos nossos dias.

Mais facilmente ajustável à explicação geopolítica parece ser o período dos descobrimentos marítimos: mas convém não esquecer que a expansão além-mar e a abertura escalonada da rota das Indias obedecem sim à vontade nascida dos interesses da burguesia mercantil que encabeçara a revolta nacional triunfante de 1383/85 e não a qualquer exigência irresistível da geografia.

A geopolítica poder-se-ia depois ir buscar cobertura científica para a traição da fidalguia que em 1580 se vendeu ao poder avassalador da vizinha Castela; como inversamente, na mesma base, se poderia tentar fundamentar a tenaz e heróica luta pela restauração das fronteiras e liberdades iniciada sessenta anos mais tarde.

E porque não apresentar o 25 de Abril como resultado do fatalismo geopolítico e, no mesmo lanço meter a inevitabilidade de 13 anos de guerra colonial e de 48 de fascismo?

A verdade é que a geopolítica é um grosseiro e pobre instrumento de análise que pouco ajuda a compreender os fenómenos políticos e sociais. Arma de ocasião gerada pelo imperialismo expansionista e manipulada contra as pequenas nações que pretende submeter, ela só intimida quando encontra pela frente vontades fracas e baixo índice de coesão nacional. O que felizmente está fora de causa no Portugal democrático que estamos construíndo.

A ALIENAÇÃO POLÍTICA CONDUZ A DERROTA

Em tempos recentes a teoria geopolítica foi retomada pelos imperialismos nazis e nipónico sob o rótulo de doutrina do espaço vital. A história se encarregou mais uma vez de demonstrar a sua inanidade e a geopolítica ficou novamente enterrada nas margens do Volga, nas praias da Normandia e nos longos caminhos do Yenan.

Após a II Guerra Mundial, nem mesmo o imperialismo mais agressor dele emergente se socorre do argumento geográfico para cohonestar a sua política. Seria na realidade, perfeitamente absurdo querer fazer aceitar a inclusão da Turquia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (N. A. T. O.) em nome de razões geográficas; e de igual modo, entender a permanência de Cuba no campo socialista.

Em tais circunstâncias, isto é quando o imperialismo atira pela borda fora a hipócrita capa da ciência geopolítica, é espantoso vê-la agarrada pelas pequenas Nações.

Quando a vítima-a-dominar, adopta a ideologia do inimigo agressor, ficam abertas perigosas vulnerabilidades no caminho de alienação política e patriótica que a nada mais conduzem que à derrota.

Finalmente nos dias que estamos vivendo, atribui-se às superpotências a repartição do mundo em zonas de influência; e há quem tome isso como provando a perenidade de uma ciência geopolítica agora ressuscitada sob uma nova configuração.

Ora, na realidade, o que se verifica é que os, factores geográficos pouco ou nada condicionaram a iniciativa de estabelecer este suposto moderno tratado de Tordesilhas.

TRILHAR O CAMINHO DA LIBERDADE E DA INDEPENDÊNCIA

Nesta era de estratégia do petróleo, de acesso às fontes de matéria-prima, à mão-de-obra barata e aos mercados escoadouros, torna-se transparente a natureza das reais motivações duma política expansionista: natureza essa que é eminentemente económica. Não é mais necessário invocar a justificação geográfica; nem nenhum comentador, ou chancelaria lhe fazem referência.

O interesse dos E. U. A. no golfo Pérsico, na Venezuela, em Angola, na Líbia não é devido — como é evidente — a imperativos de ordem geográfica. Afinal o novo meridiano das Tordesilhas serpenteia pelo mundo atraído pels jazigas de hidrocarbonetos, sem prestar muita atenção às coerências continentais ou oceânicas.

São pois — irrefutavelmente — os interesses económicos que, em primeiro lugar, determinam e condicionam os objectivos dos diversos grupos sociais e a política das nações.

Reconhecido este postulado científico como o único válido na explicação dos fenómenos político/sociais, devemos então interpretar — como pequena nação que somos — a existência de "zonas de influência" como efectivamente significando a existência de zonas de dependência económica.

Nesta perspectiva de indispensável lucidez, Portugal é, sem dúvida, um País economicamente dependente; mas não ainda por força de nenhum fatalismo geográfico/climático, ou de atávica inferioridade biológica/intelectual, mas sim como resultado de uma política secular de submissão aos interesses do capitalismo euro-americano, submissão essa que o fascismo levou aos últimos extremos.

Uma política de lídima e rigorosa independência nacional — a única capaz de transformar o 25 de Abril na grande revolução histórica por que o Povo Português anseia — passa pela conquista da independência económica.

A linha geral do desenvolvimento e reconstrução, tem de ser obrigatória e inflexivelmente determinada por esse objectivo patriótico. Os planos, directivos e decisões no campo da economia terão de traduzir de maneira clara essa opção fundamental à qual se devem submeter todas as considerações tecnocráticas, economistas e, em particular, as geopolíticas. Concretamente, a oferta interna relacionada com a satisfação das necessidades de primeiro grau — alimentação, habitação, saúde e educação — deve ser fomentada com absoluta prioridade.

É uma dura caminhada de sacrifícios e de trabalho que se depara a todos nós Portugueses e que vai exigir a decidida participação popular e uma grande tensão revolucionária.

Pois que seja. Os caminhos da independência e da liberdade nunca foram fáceis, mas são os que traçam a grandeza dos homens e dos povos.

ALIENAÇÃO PARTIDÁRIA

O panorama das lutas partidárias em Portugal, tal como se têm desenvolvido, às claras e sem constrangimentos, após o 25 de Abril, não surpreenderá nenhum observador que supostamente se coloque num ponto de vista de distanciada análise histórica/científica.

Desde logo se compreende que meio-século de opressão com as características inquisitoriais/fascistas específicas do caso português, haveria que resultar numa explosão incontível de tensões acumuladas de toda a ordem, e, não só, em exclusivo sociais.

Décadas de desinformação, de medo; de rebaixamento de inteligência e do carácter foram dificultando aos portugueses uma clara tomada de consciência sobre o lugar de cada qual nas relações de produção, os correspondentes interesses e os da Nação entendidos como projecto de futuro colectivo.

Vivíamos num País onde se instalara a alienação. Vivemos num País que ainda não se libertou dessa enfermidade sociológica.

A sua manifestação ao nível dos agrupamentos políticos, chamamos alienação partidária: a qual consiste em sobrepor os interesses partidários aos interesses colectivos do Povo Português; em adoptar modelos que são estrangeiros à realidade nacional, em desenvolver uma linha de actuação partidária que jogue cegamente no divisionismo e no ataque aos fundamentos da democracia implantada em 25 de Abril.

Assiste-se, hoje em dia, ao espectáculo de partidos e responsáveis políticos, ditos revolucionários, progressistas e democratas, procedendo como se a democracia em Portugal fosse um negócio de favas contadas, como se todos não fôssemos necessários para a amparar e proteger e competisse apenas ao M. F. A. e a uns tantos patriotas a angústia da vigília, como se a cobiça dos imperialismos e as suas agenciadas manobras criminosas fossem cantigas de embalar meninos, como se não estivesse presente e sangrando a lição do Chile.

O paroxismo deste tipo de alienação é exemplificado pela conduta de certos pequenos partidos políticos, alguns até já legalizados, que adoptaram como método de auto-afirmação, o ódio, a calúnia, a violência e a recusa da toda a convivência democrática.

De início, encarados ingenuamente como o folclore da revolução dos cravos, estão a revelar-se como focos de provocações e desordem, caminhando de demência em demência, para o seu suicídio e exclusão da vida política.

Esta prática em liberdade porque tanto lutou e sofreu o Povo Português não pode estar à mercê da ambição sôfrega de políticos alienados, ou do desespero e má-consciência dos filhotes da burguesia.

Também por estas razões, se conferiu poderes de intervenção revolucionária ao C. R. e se a institucionalizou o M. F. A. Ou seja, para ficarem criadas condições de defesa eficaz da democracia, não só contra as esperadas ofensivas da reacção, mas também contra os ataques de diversão de grupos e elementos suspeitos desferidos pelo flanco esquerdo.

O M. F. A. não se deixará envolver por manobras de tão evidente coordenação contra-revolucionária e procederá de modo a impedir que a alienação descontrolada e demencial desses grupos ponha em perigo a estabilidade e o futuro da democracia.